

PESQUISA-AÇÃO PEDAGÓGICA (PAPE): UMA MODALIDADE CIENTÍFICO-FORMATIVA?

Jhonatan Lino dos Santos (1); Mirelly da Conceição Araújo (2);
Cícero Edinaldo dos Santos (3); Francione Charapa Alves (4)

(1) Universidade Federal do Cariri – UFCA, Brejo Santo – Ceará – Brasil, jhonatan.lino@aluno.ufca.edu.br;

(2) Universidade Federal do Cariri – UFCA, Brejo Santo – Ceará – Brasil, mirelly.araujo@aluno.ufca.edu.br; (3)

Universidade Federal do Cariri – UFCA, Juazeiro do Norte – Ceará – Brasil, santos.ciceroedinaldo@gmail.com;

(4) Universidade Federal do Cariri – UFCA, Brejo Santo – Ceará – Brasil, francione.alves@ufca.edu.br

Resumo: O presente artigo vincula-se à iniciação científica no curso de Licenciatura em Pedagogia, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Tem por objetivo investigar se a Pesquisa-Ação Pedagógica (PAPE) pode ser considerada uma modalidade científico-formativa, a partir da análise de sua conceituação, fundamentos epistemológicos e dinâmica procedimental. Os resultados evidenciam que, conceitualmente, a PAPE é uma modalidade de pesquisa-ação construída na e com a práxis educativa. Nessa perspectiva, a teoria não antecede nem se sobrepõe à prática, assim como a prática não constitui objeto externo de observação, mas campo histórico de produção e validação do conhecimento, no qual investigação e formação tornam-se movimentos indissociáveis. Epistemologicamente, a PAPE baseia-se em uma perspectiva crítica de ciência, entendendo a realidade educativa como histórica e situada. Assim, o participante não é apenas fonte de dados, mas sujeito que produz conhecimento, participando ativamente da reflexão e da construção coletiva do estudo junto ao pesquisador. Metodologicamente, estrutura-se em passos articulados: explicitação da base teórica, definição da perspectiva investigativa adotada, constituição da dinâmica coletiva, formação do grupo investigativo, estabelecimento do contrato ético da ação coletiva, desenvolvimento do trabalho pedagógico e realização de registro, escrita e interpretação das informações produzidas. Conclui-se que a PAPE se configura como uma modalidade científico-formativa ao integrar investigação e formação em um mesmo processo espiralado, caracterizado por influências mútuas.

Palavras-chave: Pesquisa-Ação Pedagógica. Investigação. Formação.

Introdução

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) tornou-se uma das principais políticas de fomento à cultura investigativa no âmbito do ensino superior brasileiro, ao promover a inserção de estudantes no universo das ciências. Ao possibilitar a aproximação com fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e práticas investigativas orientadas, o PIBIC visa contribuir para o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico e da identidade científica dos estudantes (CNPq, 2026). No curso de Licenciatura em Pedagogia, o PIBIC assume relevância ainda maior, uma vez que favorece a constituição do futuro professor como pesquisador de sua própria prática, ampliando a compreensão da Pedagogia como Ciência da Educação (Franco, 2003).

É nesse cenário que se insere o presente artigo, vinculado a um projeto de pesquisa voltado à formação de professores pesquisadores, desenvolvido junto aos bolsistas de iniciação científica do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Cariri (UFCA). O projeto tem como um dos planos de estudo pensar a proposta teórico-metodológica da Pesquisa-Ação Pedagógica (PAPe), elaborada pela pedagoga Maria Amélia do Rosário Santoro Franco, cuja perspectiva articula ação e reflexão para a produção e mobilização de saberes na e com a práxis educativa.

A referida autora é professora e pesquisadora da Universidade Católica de Santos (Unisantos). Possui doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado em Pedagogia, sob supervisão de Bernard Charlot, com estágio na Universidade Paris VIII e na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Dedicar-se ao estudo e à orientação de pesquisas na área da Educação, com ênfase na Epistemologia da Pesquisa em Educação, sendo autora da modalidade investigativa denominada Pesquisa-Ação Pedagógica (PAPe). Essa modalidade vem sendo estudada e difundida pela autora em distintos artigos (Franco, 2005; 2016; 2019; 2025), o que faz emergir a seguinte indagação: a PApé pode ser considerada uma modalidade científico-formativa?

Uma modalidade científico-formativa é um modo estruturado de investigação em que a produção de conhecimento e a formação dos sujeitos constituem processos indissociáveis. Diferentemente das modalidades estritamente descritivas ou explicativas, nos quais o pesquisador coleta dados sobre uma realidade externa, nesse tipo de modalidade a pesquisa desenvolve-se com os sujeitos e a partir da prática por eles vivenciada. Assim, o próprio processo investigativo torna-se espaço de ação e reflexão, produzindo e mobilizando saberes entre todos os participantes.

Diante disso, este artigo tem como objetivo investigar se a PApé pode ser considerada uma modalidade científico-formativa, a partir da análise de sua conceituação, fundamentos epistemológicos e dinâmica procedimental.

Metodologia

O presente estudo insere-se no campo da abordagem qualitativa, a qual se caracteriza pela valorização dos sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências vividas. De acordo com Severino (2016), em oposição às abordagens quantitativas, que privilegiam números e indicadores, a abordagem qualitativa busca compreender os fenômenos educacionais em sua complexidade, considerando os contextos socioculturais nos quais se produzem, bem como os processos reflexivos envolvidos na construção do conhecimento.

À luz da abordagem qualitativa, adotou-se a pesquisa bibliográfica como procedimento investigativo. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica consiste na análise sistemática de produções já publicadas com vistas à construção teórico-interpretativa do objeto de estudo. Esse tipo de pesquisa organiza-se em etapas articuladas que compreendem a seleção do material, a definição de critérios de inclusão e exclusão, a elaboração de instrumentos de leitura, a análise e a síntese interpretativa. Por meio dessas operações, torna-se possível identificar categorias analíticas, estabelecer relações teóricas e produzir uma compreensão crítica do objeto de estudo.

Diante dessas indicações, foram selecionados artigos científicos de autoria de Franco (2005; 2016; 2019; 2025) que abordam direta ou indiretamente a PAPe. A autoria, a pertinência temática e a relação dos textos com os objetivos do estudo constituíram os critérios de definição do *corpus* analisado.

Os textos selecionados para compor o *corpus* foram os seguintes:

- 1) FRANCO, Maria Amélia Santoro. A pedagogia da pesquisa-ação. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 408-502. 2005.
- 2) FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa-Ação Pedagógica: práticas de empoderamento e de participação. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 511–530, 2016.
- 3) FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa-Ação: lembretes de princípios e de práticas. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, v. 11, n. 25, p. 358-370, 2019.
- 4) FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa-Ação Pedagógica (PAPe): sistematização de uma metodologia crítica construída na e com a práxis educativa. **Revista internacional de formação de professores (RIPF)**, v. 10, p. 1-19, 2025.

Em seguida, realizou-se a leitura integral dos textos selecionados, com base na leitura analítica. Segundo Severino (2016), a leitura analítica tem como objetivos: 1) favorecer a compreensão global do significado do texto; 2) treinar para a compreensão e interpretação crítica dos textos; 3) auxiliar no desenvolvimento do raciocínio lógico; 4) fornecer instrumentos para o trabalho intelectual desenvolvido em distintas instâncias. Esse tipo de leitura pode e deve ser acompanhado por algum tipo de prática de documentação, como o fichamento.

Diante disso, após a leitura analítica, realizou-se o fichamento dos textos selecionados. Esse procedimento consistiu no registro sistemático e preciso de trechos relevantes, acompanhados de suas respectivas referências e de breves comentários reflexivos. Os fichamentos possibilitaram preservar a fidelidade às ideias da autora, organizar informações e sustentar as tecituras argumentativas, colaborando para a apresentação dos resultados e das discussões do objeto de estudo (Severino, 2016).

Para a análise dos fichamentos, adotou-se a Análise Textual Discursiva (ATD), a partir das indicações de Moraes e Galiuzzi (2016). A ATD compreende-se como um processo interpretativo que articula as etapas de unitarização, categorização e produção de metatextos, possibilitando a construção de novos sentidos e significados a partir do *corpus* analisado. Nessa perspectiva, na etapa de unitarização identificaram-se unidades relacionadas às distintas temáticas abordadas pela criadora da PAPE. Posteriormente, essas unidades foram organizadas em categorias emergentes, a saber: CE1) conceituação da PAPE; CE2) fundamentos epistemológicos da PAPE; e CE3) dinâmica procedimental da PAPE. A articulação dessas categorias conduziu à construção da categoria final – CF) PAPE: uma modalidade científico-formativa? A partir dessa pergunta-chave, elaborou-se o metatexto interpretativo, destinado a apresentar reflexões que contribuam para responder a essa indagação, considerando a articulação e o tensionamento entre as categorias produzidas.

Resultados e Discussões

De acordo com Franco (2005), o método de pesquisa-ação tem suas origens nas décadas de 1940 e 1950, sendo inicialmente sistematizado pelo psicólogo social Kurt Lewin, nos Estados Unidos. Sua proposta investigativa emergiu da necessidade de superar a dissociação entre teoria e prática, aproximando pesquisadores e comunidades diretamente implicadas nos fenômenos estudados. Ao romper com a concepção tradicional de ciência como atividade neutra, distanciada e supostamente objetiva, Lewin inaugurou uma perspectiva segundo a qual o conhecimento deve ser produzido em diálogo com a realidade concreta e colocado a serviço da transformação social. Nesse viés, pesquisar não significa apenas descrever o mundo, mas intervir nele de forma responsável.

No contexto brasileiro, a pesquisa-ação ganhou maior expressividade a partir das décadas de 1970 e 1980, especialmente no campo educacional, sob forte influência das pedagogias críticas e dos movimentos sociais. Esse contexto favoreceu a consolidação de investigações comprometidas com a democratização da escola, a valorização da experiência docente e a emancipação dos sujeitos envolvidos nos processos educativos. Nesse período, segundo Franco (2005), desenvolveram-se diferentes vertentes epistemológicas de pesquisa-ação, evidenciando múltiplas ênfases e inspirações (inter)nacionais.

A autora adverte que, no Brasil, há recorrentes equívocos na utilização da pesquisa-ação e destaca que “[...] se determinados princípios epistemológicos não forem respeitados, a pesquisa-ação deixa de ser assim considerada, passando a ser apenas uma ação pedagógica pesquisada” (Franco, 2019, p. 319). Nesse sentido, não basta intervir em um contexto educativo

e registrar acontecimentos; é indispensável organizar um processo investigativo intencional, fundamentado e posicionado epistemologicamente.

De acordo com Franco (2025), há distintos fundamentos epistemológicos que orientam a pesquisa-ação, destacando-se, de modo particular, as perspectivas crítica e não crítica.

Uma pesquisa-ação crítica é aquela que reconhece os sujeitos como produtores legítimos de saberes, parte da realidade como categoria da análise e transformação, e assume um posicionamento ético e político diante das contradições sociais. Trata-se de uma investigação implicada, dialógica, e situada, que se orienta pela emancipação e pela construção coletiva de sentidos (Franco, 2025, p. 7).

A pesquisa-ação não crítica, por sua vez, tende a objetificar os sujeitos, convertendo-os em meras fontes de dados, e não em interlocutores do processo investigativo. A ação reduz-se a uma sequência de intervenções técnicas orientadas pela lógica da eficiência e do controle, enquanto os critérios de validação permanecem ancorados em parâmetros externos, frequentemente distantes das condições concretas da prática (Franco, 2025).

Mais do que uma questão terminológica, a distinção é epistemológica, pois diz respeito ao reconhecimento (ou ao silenciamento) da crítica como fundamento de um método comprometido com os sujeitos participantes e com a natureza dos conhecimentos produzidos no processo investigativo. Não se trata apenas de denominações distintas para um mesmo procedimento, mas de diferentes modos de conceber a potencialidade da pesquisa na vida e na trajetória dos sujeitos.

Entre as vertentes alinhadas à perspectiva crítica encontra-se a PAPe. Segundo Franco (2025), a PAPe emerge de seus estudos teórico-práticos sobre a pesquisa-ação e, desde a sua gênese, caracteriza-se como uma proposta voltada à articulação entre a compreensão e a transformação da prática docente e dos sujeitos envolvidos no processo investigativo. Quanto à sua origem, a PAPe constituiu-se paulatinamente, sendo apresentada e lapidada ao longo do tempo, de modo que seu desenvolvimento pode ser situado em um percurso aproximado de duas décadas (2005–2025).

Vinculada à perspectiva crítica, a PAPe surge:

[...] não como técnica instrumental ou recurso metodológico entre outros, mas como expressão viva de uma epistemologia crítica, construída na e com a práxis educativa, em diálogo com os sujeitos que resistem. A PAPe nasce do chão da escola, da escuta ativa de quem nele vive e luta, e da urgência de devolver ao professor e à professora seu lugar de sujeitos pensantes, criadores de conhecimento e articuladores de sentidos pedagógicos enraizados em contextos concretos (Franco, 2025, p. 2).

A PAPe afirma-se como uma modalidade da pesquisa-ação que ultrapassa a dimensão técnica do método para se constituir como posicionamento epistemológico centrado no protagonismo dos professores. De acordo com Franco (2019, p. 369), a PAPe desenvolve-se no

contexto da sala de aula e tem como foco prioritário “[...] dar sentido às práticas docentes e buscar a participação de alunos nos processos de aprendizagem, ao mesmo tempo em que focaliza a produção de conhecimentos sobre a prática pedagógica de ensinar”. Ademais, Franco (2016, p. 515-516), destaca que a PAPe “[...] não se reduz a um mero procedimento de resolução de problemas práticos, mas configura-se como um meio de contribuir para a mudança de percepção do docente em relação às suas práticas”. Portanto, a PAPe constitui uma modalidade investigativa que se concebe e se realiza no interior dos processos educacionais.

Nessa perspectiva, o professor deixa de ocupar um lugar secundário ou meramente executor de propostas externas e passa a assumir a condição de protagonista da práxis educativa, capaz de compreender e transformar a realidade educativa a partir de sua própria experiência docente. A prática deixa de ser apenas espaço de aplicação e converte-se em espaço de produção de conhecimento, no qual o professor é capaz de interpretar, problematizar e ressignificar os seus dizeres e fazeres cotidianos.

Franco (2019) aponta o empoderamento docente como aspecto central para a realização da PAPe. Esse empoderamento refere-se ao desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o cotidiano, favorecendo a construção de autoria e de responsabilidade sobre o próprio ser e fazer profissional. Não se trata de um movimento individual, mas de um processo construído na imersão cooperativa entre pares. É na interação coletiva, sustentada pela reflexão crítica e pela análise compartilhada da prática, que o professor fortalece sua autonomia intelectual, amplia sua capacidade de problematização e consolida sua condição de agente epistêmico, assumindo efetivamente o protagonismo na produção e mobilização de saberes.

Do ponto de vista da formação docente, a PAPe propõe uma alternativa aos modelos prescritivos e padronizados que ainda predominam em muitos programas de formação. Ao afirmar que a formação se dá no e pelo processo investigativo, a PAPe reconhece o(a) professor(a) como sujeito epistêmico, capaz de interpretar, transformar e produzir conhecimento a partir de sua própria prática. Essa concepção contribui para ressignificar o lugar do saber docente e para fortalecer a identidade profissional, em uma perspectiva crítica e emancipatória (Franco, 2025, p. 13).

Ainda segundo a autora, a PAPe favorece a aproximação orgânica entre universidade e escola. As experiências desenvolvidas nessa perspectiva indicam que ela pode atuar como mediação entre os saberes acadêmicos e os saberes da experiência docente, desde que ambas as instâncias se reconheçam como interlocutoras legítimas e co-produtoras de conhecimento (Franco, 2025). Nesse movimento, tornam-se pertinentes itinerários que tensionam a hierarquização tradicional entre teoria e prática, bem como entre investigação e formação profissional docente.

De acordo com Franco (2019), diferentemente da pesquisa-ação clássica, a PAPe apresenta maior flexibilidade metodológica, pois acompanha a dinâmica cotidiana da práxis educativa. Ainda assim, mantém exigências próprias de uma investigação científica, isto é, deve estar vinculada a projetos institucionais, submetida a procedimentos éticos, assegurar que os participantes conheçam seus objetivos e pressupor certa abertura nos tempos e espaços escolares.

Assim, em contextos escolares rígidos, fragmentados em disciplinas estanques e com pouca circulação de sujeitos, não há possibilidade de realização de uma PAPe, mas apenas uma ação pedagógica mais organizada. Nessas situações, a prática docente pode até ser investigada posteriormente, porém por outras abordagens qualitativas, como estudos de caso, pesquisa etnográfica ou pesquisas narrativas baseadas em registros e observações externas.

Metodologicamente, Franco (2019) propõe sete passos para a realização da pesquisa-ação numa perspectiva crítica, aplicáveis também a PAPe, sendo o primeiro o aprofundamento teórico. Nesse passo, recomenda-se ampliar leituras, sistematizar conceitos e delimitar a abordagem mais coerente com o tema investigado. Como ponto de partida, o pesquisador deve explicitar a base epistemológica da investigação (crítica ou não crítica) e justificar por que a pesquisa precisa ser desenvolvida com os sujeitos da prática, assumindo, assim, um posicionamento diante do próprio processo investigativo.

O segundo passo refere-se à definição dos parâmetros teóricos da investigação. Diante das múltiplas possibilidades teóricas, torna-se necessário estabelecer, com base em balizas teóricas previamente analisadas, uma definição clara de como a pesquisa será conduzida. Isso implica explicitar uma concepção mínima da perspectiva adotada, formular uma questão investigativa inicial, delimitar procedimentos e garantir coerência teórico e metodológica, indo a campo munido, inclusive, de instrumentos de registro de informações (Franco, 2019).

O terceiro passo consiste em conhecer o grupo participante e construir a dinâmica do coletivo. Trata-se do momento de um “aquecimento coletivo” (Franco, 2019, p. 365), anterior à investigação propriamente dita, no qual o pesquisador busca compreender a origem do grupo, sua estrutura interna, as expectativas institucionais e as formas de interação no cotidiano. Como inicialmente o pesquisador não integra esse coletivo, torna-se necessário explicitar sua presença e o papel que desempenha, apresentando a justificativa da investigação e favorecendo a construção do “nós”. Nesse passo, a clareza quanto à inserção do pesquisador é decisiva: quando convidado pelos próprios pares, tende a favorecer a cultura colaborativa; quando designado institucionalmente, podem emergir resistências. Por isso, explicitar a finalidade, a

relação a ser estabelecida com o grupo e as condições de participação constitui condição indispensável para o desenvolvimento da pesquisa (Franco, 2019).

O quarto passo corresponde à construção do diálogo e da confiança entre os participantes, de modo a constituir efetivamente a identidade do coletivo. Trata-se de um processo exigente de mobilização coletiva, no qual o pesquisador precisa refletir sobre estratégias para criar um clima de camaradagem, estimular a franqueza e o humor partilhado, identificar resistências e superar atitudes defensivas, como o silêncio, o embaraço e a timidez, possibilitando a abertura ao diálogo. Nesse momento, o pesquisador precisa fortalecer a participação e a corresponsabilidade dos sujeitos, favorecendo a interação e a expressão das diferentes vozes do grupo (Franco, 2019).

Em seguida, no quinto passo, institui-se o contrato ético, entendido como acordo coletivo sobre as condições da pesquisa. Como afirma a autora, “um contrato de trabalho coletivo é fundamental [...] todas as condições devem ser discutidas e consensuadas” (Franco, 2019, p. 365). Trata-se da definição compartilhada dos princípios éticos, das responsabilidades dos participantes e da organização dos encontros, assegurando transparência e compromisso no desenvolvimento da investigação. Exige, ainda, um compromisso ético contínuo com os sujeitos envolvidos, reconhecendo-os como coautores do processo investigativo e da produção de conhecimentos, e não apenas como colaboradores circunstanciais de uma etapa previamente definida.

O sexto passo corresponde ao trabalho pedagógico propriamente dito. Por meio da reflexão contínua e compartilhada, o grupo passa a pensar a própria prática enquanto a realiza. Em um movimento não linear, os saberes são progressivamente apropriados, exigindo tempo, abertura ao inesperado e disposição para rever certezas, configurando um processo formativo no qual a compreensão emerge da própria ação refletida. Nesse percurso, investigar e formar deixam de ocupar posições antagônicas e passam a constituir um mesmo ato de produção de sentidos, no qual a experiência vivida é interrogada, problematizada e recriada coletivamente, favorecendo a tomada de consciência sobre o próprio ser e fazer profissional (Franco, 2019).

O sétimo passo envolve os registros, a escrita e as interpretações do processo investigativo. Trata-se de um momento complexo, construído a partir do amplo material produzido ao longo da investigação. A partir do conjunto de materiais (oral, escrito e/ou imagético), “o pesquisador deve tentar responder sua questão de pesquisa; identificar as principais categorias que foram trabalhadas; as divergências do grupo; os conhecimentos mais evidentes identificados” (Franco, 2019, p. 367). Mesmo após a elaboração de textos, como

trabalhos acadêmicos, é desejável que as relações entre pesquisador e sujeitos participantes sejam mantidas e ressignificadas, evitando a sensação de uso instrumental seguida de abandono.

A partir do exposto, constata-se que a PAPe configura-se como uma modalidade científico-formativa construída na e com a práxis educativa. Nessa direção, rompe com ideais positivistas de neutralidade e de exterioridade do pesquisador, assumindo que os saberes emergem da interação entre sujeitos historicamente situados. Trata-se de um método com posicionamento epistemológico explícito e pressupostos metodológicos inteligíveis, que reconhece os sujeitos, na maioria das vezes professores em formação, como produtores de saberes e não apenas aplicadores de técnicas, mas como profissionais capazes de compreender e transformar a realidade educativa da qual participam.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo investigar se a PAPe pode ser considerada uma modalidade científico-formativa, a partir da análise de sua conceituação, fundamentos epistemológicos e dinâmica procedimental. Para isso, amparou-se em abordagem qualitativa, adotando a pesquisa bibliográfica e a Análise Textual Discursiva como procedimentos para a construção interpretativa do objeto de estudo.

Quanto à gênese, evidenciou-se que a PAPe insere-se no desenvolvimento histórico da pesquisa-ação inaugurada por Kurt Lewin e posteriormente ressignificada no campo educacional brasileiro sob influência das pedagogias críticas e dos movimentos sociais. Nesse movimento, a proposta elaborada por Maria Amélia Santoro Franco emerge do interior da práxis educativa diante da necessidade de superar a dissociação entre teoria e prática, presente em muitos estudos brasileiros, valorizando novas formas de investigação e de formação na produção e na mobilização de saberes.

Conceitualmente, considera-se que a PAPe é uma modalidade de pesquisa-ação construída na e com a práxis educativa. Nessa perspectiva, a teoria não antecede nem se sobrepõe à prática, assim como a prática não constitui objeto externo de observação, mas campo histórico de produção e validação do conhecimento, no qual formação e investigação tornam-se movimentos indissociáveis.

Epistemologicamente, os resultados indicam que a PAPe ancora-se em uma perspectiva crítica de ciência. Tal perspectiva reconhece a realidade educativa como histórica, situada e contraditória, assumindo que o conhecimento se constrói na relação dialógica entre sujeitos implicados na prática. Diferentemente das abordagens não críticas da pesquisa-ação, orientadas

pela racionalidade técnica e pela objetificação dos participantes, a PApe afirma a participação, o protagonismo e o empoderamento dos sujeitos em todo o processo investigativo e formativo.

Metodologicamente, a PApe apresenta maior fluidez em relação a outras modalidades de pesquisa-ação, sem abdicar do rigor científico. Entre os passos para sua operacionalização encontram-se: explicitação da base teórica, definição da perspectiva epistemológica adotada, constituição da dinâmica coletiva, formação do grupo investigativo, estabelecimento do contrato ético da ação coletiva, desenvolvimento do trabalho pedagógico investigativo e realização do percurso de registro, escrita e interpretação das informações produzidas. Esses aspectos evidenciam que a flexibilidade do método não significa ausência de rigor científico, mas adequação a uma nova dinâmica procedimental.

Em suma, mais do que um método voltado à produção de conhecimentos acadêmicos sobre a teoria e/ou a prática docente, a PApe pode ser compreendida como modalidade científico-formativa construída na e com a práxis educativa, pois articula, em um mesmo processo espiralado, investigação e formação, promovendo simultaneamente a compreensão e a transformação dos sujeitos e de suas práticas pedagógicas, em especial aquelas emergentes e insurgentes na docência.

Agradecimentos

Agradecemos a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), Projeto: FDP-0213-00107.01.00/23, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Universidade Federal do Cariri (UFCA) pelo apoio disponibilizado para a realização desta pesquisa.

Referências

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)**. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-ict/pibic>. Acesso em: 28 jan. 2026.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. Campinas: Papirus, 2003.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. A pedagogia da pesquisa-ação. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 408-502. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3.pdf>. Acesso em: 01 set. 2025.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa-Ação Pedagógica: práticas de empoderamento e de participação. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 511-530, 2016.

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8637507>. Acesso em: 01 set. 2025.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa-Ação: lembretes de princípios e de práticas. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 11, n. 25, p. 358-370, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/949/pdf> Acesso em: 01 set. 2025.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa-Ação Pedagógica (PAPe): sistematização de uma metodologia crítica construída na e com a práxis educativa. **Revista internacional de formação de professores (RIPF)**, v. 10, p. 1-19, 2025. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/2352/780>. Acesso em: 01 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

XVI
FRPEDI